



Medidas do Governo não estão a convencer mercados e país vê *rating* reduzido a “lixo”

Segurança Social perde IEFEP e com ele as verbas do Fundo Social Europeu ● Fim das *golden shares* valoriza empresas e torna-as mais vulneráveis a aquisições hostis ● “Emagrecimento” do Estado só se verá em Outubro ● **Série** Governo à Lupa IV - a Saúde Págs. 2 a 5, 19 e Editorial



Medidas do Governo Mudanças nos direitos accionistas especiais e nos institutos

As golden shares (participações do Estado com direitos especiais) que acabam

EDP

Participação do Estado

24,09%

24,09 por cento de categoria B (ações a reprivatizar não sujeitas a limitação de direito de voto) através da Parpública e mais 0,64% (indirectos), através da CGD



O poder da golden share

Até agora, o Estado é o único accionista a poder votar com direitos correspondentes à posição accionista. Todos os outros têm os direitos de voto bloqueados a cinco por cento, independentemente da posição real. Todos os órgãos sociais são nomeados em Assembleia Geral, onde todos os accionistas, exceptuando o Estado, estão limitados a cinco por cento. Foi a AG que impediu a entrada da Iberdrola para o Conselho Geral e Supervisão.

O que muda agora

a mudança imediata tem a ver com a Iberdrola, o maior accionista privado. É o único a sentir a correcção de posições entre acções e direitos de voto. Tem neste momento 6,79 por cento (já teve quase 10 por cento). Passará a ter o direito de voto correspondente. O efeito sobre a Cajastur (caja das Astúrias) não se sentirá, já que tem 5,01 por cento. No resto, há a percepção de maior transparência para o mercado.

Portugal Telecom

Participação do Estado

500 acções

500 acções de categoria A (que lhe conferem direitos especiais) na Parpública e 6,26 por cento (indirectos) através do grupo Caixa Geral de Depósitos



O poder da golden share

A PT foi o único caso em que as acções douradas foram utilizadas formalmente, aquando do veto à venda da participação que a empresa tinha na brasileira Vivo à Telefónica.

O que muda agora

Empresa pode sair valorizada com eliminação dos direitos especiais do Estado. Está previsto que a CGD venda as participações que não são estratégicas, mas não é certo que desinvista na PT. O sector passa a ter mais transparência e o objectivo de aumentar a concorrência no mercado das telecomunicações, inscrito no memorando de entendimento, pode dar mais alguns passos.

Galp

Participação do Estado

7%

Sete por cento de acções de tipo A na Parpública e um por cento através da CGD

O poder da golden share

Os estatutos, que definem a golden share, prevêm o poder de veto em três situações. Tem poder de veto na nomeação do presidente do Conselho de Administração, em decisões que ponham em causa o abastecimento energético do país e o presidente do conselho de administração tem poder em decisões estratégicas da empresa, mesmo que se verifique uma maioria qualificada de dois terços. O poder especial sobre a nomeação do presidente da comissão executiva (CEO) não consta dos estatutos.

Fonte: PÚBLICO

Fim das golden shares valoriza empresas e torna-as vulneráveis a aquisições hostis

Terminam os factores de bloqueio explícito a tentativas de investidores que o Estado considere indesejáveis. Foi o caso da Iberdrola na EDP e da Telefónica na Portugal Telecom

Lurdes Ferreira e Raquel Almeida Correia

Com o fim dos direitos especiais na Galp, EDP e PT, o Estado português torna mais transparente a gestão das três grandes empresas cotadas em bolsa e, com isso, aumenta-lhes o valor, mas também abre a porta, em especial para a EDP e PT, a eventuais operações de controlo de capital consideradas hostis. É para esta tripla consequência que apontam os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO.

Apesar de o fim dos direitos especiais, previsto no memorando de entendimento assinado com a *troika* e ontem confirmado pelo Conselho de Ministros, poder contribuir para uma eventual valorização, as acções das três empresas tiveram, no imediato, um comportamento inverso na sessão de ontem. Assim que o Governo anunciou que iria avançar com o quadro legal para a eliminação das *golden shares*, os títulos começaram a cair, com destaque para a PT, que fechou a desvalorizar 1,45 por cento, passando a valer 6,82 euros por acção. A Galp teve uma queda de 0,34 por cento para 16,20 euros e a EDP desceu 0,28 para 2,53 euros.

Este contra-senso surpreendeu o

mercado, mas Juan Dieste, analista da Orey Financial, acredita que se tratou de "uma correcção" bolsista, não atribuindo ao anúncio do Executivo nenhuma responsabilidade sobre o comportamento dos títulos. "As últimas seis sessões foram de valorização, pelo que é normal haver uma correcção", explicou, acrescentando que se prevê que, nos próximos dias, se prossiga com uma tendência de subida. Ainda assim, não será muito acentuada porque "os efeitos positivos da eliminação dos direitos especiais já se têm vindo a sentir, desde que ficou explícito, no memorando, que seria uma medida de concretização obrigatória".

Além de retirar a pressão de Bruxelas, que moveu processos contra Portugal por causa das *golden shares*, a aprovação do decreto-lei que extingue estes poderes especiais, anunciada ontem em Conselho de Ministros, deverá ter uma consequência positiva para as empresas. Espera-se uma potencial valorização porque se elimina uma carga que refeiça o investimento: as barreiras que podem ser impostas pelo Estado às decisões dos accionistas. No entanto, deixa-as mais vulneráveis a acções de controlo, especialmente no caso da operadora de telecomunicações

e da eléctrica portuguesa.

Foi, aliás, através dos direitos especiais na PT que o Estado impediu, por algum tempo, a investida dos espanhóis da Telefónica, quando, no ano passado, fizeram uma proposta para comprar a posição da empresa liderada por Zeinal Bava na brasileira Vivo. Este foi o único momento em que as acções douradas foram formalmente exercidas, embora o negócio se tenha concretizado posteriormente.



Na EDP, o limite de 5% dos direitos de voto repercutiu-se numa série de decisões, mesmo que sejam tomadas em AG

Actualmente, a participação estatal na operadora divide-se por 500 acções de categoria A, que lhe conferem os direitos especiais, e uma posição indirecta de 6,26 por cento, através da Caixa Geral de Depósitos. Não se sabe ainda se, tal como está previsto para a EDP e para a Galp, a intenção é sair de vez da PT, embora o programa do Governo preveja que o banco estatal venda as participações que não são estratégicas. A operadora agendou uma assembleia geral para

26 de Julho, onde se irá discutir o fim da *golden share*.

No caso da EDP, a limitação dos direitos de voto a cinco por cento para todos os accionistas, à excepção do Estado, tem sido também determinante para a inexistência de grandes posições accionistas privadas na eléctrica, como a que a Iberdrola tentou. O grupo espanhol chegou a adquirir quase 10 por cento e quis ter assento no Conselho Geral de Supervisão. Frustrada a ambição, a Iberdrola tem reduzido gradualmente a sua posição, hoje em 6,79 por cento.

Na EDP, o Estado não tem tantos poderes de nomeação como tem na Galp, mas a referida limitação acaba por lhe dar o poder de condicionar uma série de decisões, mesmo que elas tenham de ser tomadas, formalmente, em assembleia geral, segundo determinam os estatutos. É o caso da nomeação dos órgãos sociais.

Longe do receio de uma hegemonia espanhola sobre a economia portuguesa, "que deixou de fazer sentido", diz Gonçalo Anastácio, da sociedade de advogados Rebelo de Sousa, consultora da Galp, o país vive um momento "que pode ser oportuno, interessante". A EDP e a PT são empresas médias à escala internacional

para países emergentes como o Brasil e Angola. "Deixou de haver o risco de um único bloco dominar a economia nacional", acrescenta.

A Eletrobras, face ao seu alegado interesse na EDP, tem agora condições para fazer o que a Iberdrola não conseguiu: controlar a eléctrica nacional num momento em que a economia espanhola tem problemas e também falta de liquidez. Se a Eletrobras vier a demonstrar oficialmente esse interesse, também não é certo que será a única.

Para Nuno Ruiz, da sociedade de advogados Vieira de Almeida, consultora da PT, o fim das limitações na EDP e na Galp "pode contribuir para uma valorização, porque quem controlar as empresas terá mais margem para esse controlo". No entanto, também admite que o poder do Estado não se extingue. "Mesmo sem direitos especiais, terá sempre formas de exercer pressão". Apesar de ter um grupo accionista com momentos de grande tensão negocial, a Galp tem na Eni e Amorim uma frente accionista aparentemente mais estável do que na EDP. Em teoria, para alguns especialistas, isso tornará mais difíceis eventuais entra-



12.535
milhões
de euros

Capitalização
bolsista

O que muda agora

A nomeação do presidente do Conselho de Administração, que passa a ter menos poder sobre a gestão da empresa, deixa também de depender do Estado.

das accionistas hostis. "Hostil para quem?", questiona Nuno Ruiz.

Na EDP, o Estado tem nominalmente 24,09 por cento do capital para privatizar. No entanto, 4,1 por cento estão afectos ao empréstimo obrigacionista de Dezembro de 2007 convertível em acções em Dezembro de 2014. Esta operação constituiu a sétima fase de privatização da empresa. Tem ainda 0,64 por cento nas mãos da CGD.

Também por causa de um empréstimo obrigacionista convertível em acções em Março de 2013, representativas de sete por cento do capital, o Estado já não tem posição directa a privatizar na Galp, mas apenas um por cento detido através da CGD.

Bruxelas aplaudiu o anúncio do Governo e anunciou que vai retirar as queixas movidas contra o Estado português por causa das *golden shares*. "A resolução deste problema de longa data é um passo positivo importante tomado pelo novo Governo, que a Comissão acolhe com grande satisfação, e é consistente com o seu compromisso declarado de aplicar plenamente o programa de ajustamento económico", afirmam o porta-voz dos Assuntos Económicos e Monetários e a do Mercado Interno e Serviços da Comissão Europeia, numa declaração enviada à agência Lusa.

O Tribunal de Justiça da União Europeia já tinha considerado estas acções douradas ilegais e injustificadas, mas, agora, com o abandono efectivo dos direitos especiais, a Comissão Europeia garantiu que estes processos também vão ter um fim. O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, disse apenas que "o Governo está a aplicar o direito comunitário", que proíbe estas participações privilegiadas, à excepção de casos em que, por exemplo, esteja em causa "a segurança nacional", acrescentou.

AICEP fica com Passos, IEFP na Economia

Competências na área do Emprego e Segurança Social deixam ministério agora tutelado pelo CDS

O Governo aprovou ontem, em Conselho de Ministros, a sua Lei Orgânica. E há duas decisões. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) fica na dependência do primeiro-ministro e todos os organismos e estruturas relacionadas com trabalho e formação profissional ficam no Ministério da Economia e do Emprego, anunciou o secretário de Estado da Presidência, Luís Marques Guedes.

O CDS-PP queria que a AICEP ficasse no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), agora tutelado pelo presidente do partido, Paulo Portas.

Precisamente por Portas ser o novo ministro, no MNE esperava-se que a tutela da AICEP passasse para o Palácio das Necessidades, uma mudança há muito desejada e que a grande maioria dos diplomatas, dos mais jovens aos altos funcionários com décadas de casa, defendem como sendo mais eficaz e natural.

A solução encontrada por Passos parece claramente ser um empate, uma solução salomónica para resolver um impasse: não dar a Portas a poderosa AICEP, mas não manter tudo na mesma, ou seja, no Ministério da Economia.

Independentemente do jogo político com o CDS, o primeiro-ministro acredita que, sendo o AICEP um instituto transversal, haverá uma melhor coordenação com a equipa sob a sua alçada.

No Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), inicialmente a ideia era repartir as suas funções entre o Ministério da Segurança Social e o da Economia. Mas face à dificuldade

formal da tarefa e às possíveis complicações legais que se arriscavam a arrastar-se por anos, a decisão política foi de passar a totalidade das funções e serviços para a Economia. A opção poderá trazer dificuldades de gestão.

A Segurança Social passará a pagar as políticas activas de emprego — já que parte do financiamento das políticas activas de emprego vem dos fundos da Segurança Social (5% das receitas sociais) — sem controlar de que forma se irá despende essas verbas.

O Ministério da Segurança Social perde assim um importante instrumento, que arrasta consigo as verbas do Fundo Social Europeu. Depois, a formação profissional — que já era uma área com tutela repartida com a Educação — torna-se numa área "tripartida", com a Economia.

O IEFP é o organismo público responsável pela política de emprego. Faz a gestão dos centros de emprego como instrumento das medidas de políticas activas de emprego e formação profissional.

Em 2011, o Orçamento de Estado previu uma despesa global do IEFP de 933,9 milhões de euros, pouco mais de um quarto — 265,2 milhões de euros — vindos do orçamento comunitário, como contrapartida financeira.

Em 2010, o IEFP geriu políticas activas de emprego para 466.172 pessoas, três quartos das quais se destinaram a formação profissional. E despendeu, para esses programas, 586,4 milhões de euros. Destes, metade foi para formação profissional e 35% para as políticas de emprego.

Nuno Simas, Bárbara Reis, João Ramos de Almeida



Passos Coelho no Parlamento com o ministro das Finanças, Vitor Gaspar

Serviços podem ficar com tutelas partilhadas
"Emagrecimento" do Estado só vai ver-se em Outubro

Nuno Simas

● O Governo promete "um emagrecimento claro" do Estado, mas como só vai saber-se dentro de três ou quatro meses, lá para Outubro. É esse o tempo que levará a fazer uma avaliação dos serviços e organismos estatais que podem ser extintos, fundidos ou reestruturados e as leis orgânicas dos ministérios.

O que fica também por saber é se esta reestruturação passará por dispensa de funcionários públicos, e quantos, ou ainda se se recorrerá ao instrumento da mobilidade especial. Tanto o ministro das Finanças, Vitor Gaspar, como o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Luís Marques Guedes, deram respostas evasivas à questão, considerada "prematura".

Ontem, o que o Conselho de Ministros extraordinário fez foi adaptar as estruturas existentes, "herdadas" do Governo de José Sócrates, que tinha 16 ministérios, e distribuí-las pelos 11 do Governo PSD-CDS liderado por Pedro Passos Coelho.

A lei orgânica acaba por ser essencial para dar a "cobertura legal adequada" e poder começar a governar, como referiu Marques Guedes.

Uma das soluções a ser estudada pelo executivo, sabe o PÚBLICO, é o recurso a tutelas partilhadas de estruturas por vários ministérios.

Dispensa de funcionários?

Agora, vem a fase seguinte e crucial: avaliar os organismos e aproveitar as leis orgânicas dos ministérios e reorganizar serviços e organismos do Estado.

"Será essa reorganização, esse redesenho de cada um dos ministérios que levará necessariamente a um emagrecimento do Estado em todos os serviços onde esse emagrecimento se justificar", explicou o secretário de Estado. Ora esse emagrecimento "passará necessariamente por uma redução da dimensão de alguns dos serviços, organismos e entidades que hoje existem". O que pode implicar a redução de pessoal.

O programa de Governo prevê, por exemplo, um processo de rescisões amigáveis na administração pública, mas tanto Vitor Gaspar como Marques Guedes remeteram para mais tarde qualquer decisão. Seja sobre dispensa de trabalhadores seja sobre a utilização do instrumento da mobilidade especial.

"É prematuro, neste instante, comentar o assunto em concreto. Haverá informação sobre isso no quadro da preparação do documento de ajustamento da estratégia orçamental que tem de ser publicado até ao final de Agosto e no âmbito da própria preparação do Orçamento do Estado para 2012", limitou-se a dizer o ministro, sem se comprometer com qualquer solução.

ter com qualquer solução.

Na página 29 do programa, o Governo de Passos promete "reduzir o peso do Estado para o limite das possibilidades financeiras do País e com vista a um melhor Estado". Outro ponto é "eliminar as estruturas sobrepostas na estrutura do Estado, reduzindo o número de organismos e entidades, incluindo fundações, associações e outras entidades semelhantes". Ainda em 2011, será apresentado um novo Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

O executivo também promete limitar as admissões de pessoas e reduzir os cargos dirigentes e dos serviços em pelo menos 15 por cento ao nível das administrações Local e Regional.

Serão então os ministérios a adaptar-se "com eventuais fusões ou reduções de serviços", pelo que explicou Luís Marques Guedes.

Moedas com a troika

Na reunião extraordinária do executivo de ontem, que se prolongou por cinco horas, foi ainda aprovada a resolução que cria a Estrutura de Missão para o Acompanhamento da Execução do Memorando, que será chefiada pelo secretário de Estado



Adjunto do primeiro-ministro.

Carlos Moedas disse aos jornalistas que esta Estrutura de Missão (Esame) "é de extrema importância" não só pelo acompanhamento do memorando, como também por poder fazer propostas junto dos ministérios e servir de ligação com a *troika* do Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e BCE.

Novo imposto e BPN

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Governo, o ministro das Finanças não quis adiantar mais pormenores sobre o novo imposto sobre os rendimentos, equivalente a metade do subsídio de Natal, adiantando que até final da próxima semana serão anunciados "os detalhes" desta contribuição.

O novo imposto foi anunciado há uma semana pelo primeiro-ministro no início do debate do Programa de Governo, no Parlamento. Incide sobre o IRS e é equivalente a 50 por cento do subsídio de Natal para quem receba acima do salário mínimo nacional (485 euros).

Vitor Gaspar reiterou igualmente que até ao final do mês haverá uma decisão sobre a venda do Banco Português de Negócios, conforme estipula o acordo com a *troika*.



Medidas do Governo As mudanças na saúde e reacções ao fim das golden shares

O Governo visto à lupa (IV)

Na saúde, é tempo de emagrecer a despesa e de arrumar a casa para cumprir o memorando

Alexandra Campos

Nos medicamentos, haverá cortes superiores a 900 milhões de euros em dois anos; nos hospitais, haverá poupanças de 200 milhões este ano e no próximo

● O caderno de encargos do memorando de entendimento assinado com a *troika* é colossal. E só fazer as contas: nos medicamentos, propõem-se cortes superiores a 900 milhões de euros em apenas dois anos (2012 e 2013); nos hospitais, impõem-se reduções de 200 milhões nos custos operacionais, neste ano e no próximo; até Dezembro, está prevista uma amputação de 30 por cento da despesa pública com o transporte de doentes e, no prazo de um ano e meio, mais uma eliminação de 20 por cento no gasto global com as entidades convencionadas.

“Não há muita margem de manobra para fazer diferente” do que ficou estabelecido no acordo com a *troika*, defende o professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Pedro Pita Barros. Não há como fugir, nem à dureza das medidas, nem aos apertados prazos para a sua concretização. Nem é isso que a nova equipa ministerial pretende: o secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, garante que a prioridade é “cumprir o memorando nos prazos estabelecidos”. Provavelmente devido à complexidade e à magnitude da tarefa, a ideia inicial de Pedro Passos Coelho de juntar a saúde à segurança social foi abandonada e manteve-se a estrutura anterior: um ministro, o economista Paulo Macedo, ex-diretor-geral dos Impostos, e dois secretários de Estado: Manuel Teixeira, também economista e que vem da superestrutura do ministério, a Administração Central do Sistema de Saúde, além de Leal da Costa, médico e até agora consultor do Presidente da República. “As três figuras completam-se”, aplaude o bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva.

Depois destes primeiros dias, reservados à “avaliação das circunstâncias deixadas pelo anterior Governo” e à delimitação da forma “mais racional” de aplicação das medidas, a intenção da equipa é avançar sem demoras. Objectivo central: criar “mecanismos para tornar o SNS sustentável”, o que não implica que seja posto em causa, assegura Leal da Costa, contrariando

assim as críticas de vários especialistas e da ex-ministra da Saúde Ana Jorge, que já veio dizer que teme que a abertura à gestão privada (admitida no programa do Governo) venha a comprometer a existência do SNS. O que está escrito no documento é que “serão avaliadas as oportunidades” de concessão da gestão a privados e “principalmente” ao sector social. “Até o Governo anterior já fez isso”, desdramatiza o novo governante.

“Prestações garantidas”

De resto, além do brutal emagrecimento da despesa pública, vai ser preciso esperar para ver o que resulta de concreto do “conjunto de intenções” elencadas no programa de Governo. O que os especialistas aguardam com mais expectativa é a clarificação do que se pretende com o “plano de prestações garantidas” – a expressão que veio substituir o controverso “plano universal de benefícios” que constava do programa eleitoral do PSD. Uma adaptação que o ex-ministro da Saúde Correia de Campos interpreta como um grande recuo do PSD, “uma longa retirada ideológica”, como escreveu há dias. Será? Muitos analistas discordam. “É justamente aqui que a constitucionalidade pode ser beliscada”, defende um deles. “Não quero crer que isto implique a exclusão de alguns tratamentos [hoje disponíveis no SNS]”, retorce o vice-presidente da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral, Rui Nogueira.



“Não há muita margem de manobra para fazer diferente” do que ficou estabelecido no acordo com a *troika*, diz Pedro Pita Barros



Protestos contra o fecho da urgência da maternidade do D. Estefânia

A área dos cuidados de saúde primários é justamente aquela onde as expectativas são maiores, porque o memorando preconiza a multiplicação de Unidades de Saúde Familiar (USF) e o Governo admite a hipótese de abertura da gestão dos centros de saúde a profissionais, ao sector privado e social. Uma possibilidade que já está prevista há anos na lei, mas que não chegou a ser regulamentada.

Relativamente aos cortes, “quando não há dinheiro não há mesmo”, reflecte Leal da Costa, sublinhando que o que move a equipa do Ministério da Saúde não é governar “para a popularidade imediata”. O primeiro embate com população está marcado para Setembro, se a data prevista para a revisão da isenção das taxas moderadoras e o seu aumento em alguns serviços for cumprida.

Cortar nas horas extra

Para os profissionais de saúde, sobretudo os médicos, também se perspectivam dias difíceis. A par das limitações nas admissões já em vigor, a *troika* quer cortar nas horas extraordinárias, grande fonte de despesa no sector. “Cortar a direito nas horas extra (feitas quase exclusivamente nas urgências) implicará o fecho da maioria. Não sei se o Governo estará

Fernando Leal da Costa, secretário de Estado

Ex-consultor de Cavaco, o médico que “não

Era raro alguém sair da sua consulta sem um sorriso na cara, recorda, nostálgico, um doente de Fernando Leal da Costa, o médico que acaba de trocar o IPO de Lisboa pelo cargo de secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde. Parece ser uma autêntica proeza, porque a doença a que mais se dedicou, o mieloma, é um tipo de cancro quase sempre incurável e de tratamento complexo. O segredo: “Ele arranja forma de aligeirar e relativizar a situação e de pôr as pessoas bem-dispostas”, explica o paciente.

Aos 51 anos, o hematologista que fez o primeiro autotransplante de medula óssea em Portugal admite que sempre gostou de “procurar soluções para os problemas mais difíceis”. Olhando para o seu longo currículo, percebe-se que nunca escolheu “a via mais fácil” e que está habituado a desdobrar-se por múltiplas actividades.

Subdirector-geral da Saúde entre Setembro de 2001 e Junho de

2002, esteve na génese do Plano Nacional de Saúde e foi o primeiro coordenador nacional para as doenças oncológicas (nomeado pelo ex-ministro da Saúde, Correia de Campos, que assessorou durante alguns meses); daí saltou em 2006 para a Casa Civil da Presidência da República, onde até há dias era consultor para os assuntos da política da saúde de Cavaco Silva. “Nunca ninguém me pediu o cartão de filiação partidária”, brinca.

Em paralelo com a actividade clínica, investiu na formação e em 2006 obteve o diploma do Programa de Alta Direcção de Instituições de Saúde da AESE (Escola de Direcção e Negócios). Deu aulas em vários cursos de pós-graduação e mestrados e era professor de Gestão de Organizações de Saúde na Escola Nacional de Saúde Pública.

“Surpreendido” com o convite do ministro Paulo Macedo, que



ENRICH VIVES-RUBIO

Estado adjunto vai ser apenas um ajudante do ministro

não conhecia, ainda hesitou (tinha sido nomeado director do Serviço de Hematologia do IPO em Maio), mas acabou por aceitar o cargo. Num ministério onde vai trabalhar com dois economistas, o seu desempenho é aguardado com muita expectativa. "Acho que ele não vai ser apenas um ajudante do ministro. Como tem pensamento, vai modelar a actuação [no ministério]. Poderá ter os *dossiers* mais quentes, com a definição das estratégias de fundo", acredita Jorge Espírito Santo, presidente do Colégio da Especialidade de Oncologia da Ordem dos Médicos - por cuja direcção, aliás, Leal da Costa passou há alguns anos.

Outro ponto a favor:



a capacidade de diálogo. "É uma pessoa com uma grande actividade de reflexão sobre a organização dos cuidados de saúde. É um homem muito inteligente e é difícil alguém incompatibilizar-se com ele porque é de trato cordial", enfatiza João Oliveira, director do Serviço de Oncologia Médica do IPO. De resto, "parece ter uma postura de defesa dos serviços de saúde públicos", acentua Jorge Espírito Santo, que não lhe conhece "ligação" ao sector privado. Leal da Costa precisa: quando perdeu a exclusividade no IPO, fez alguns trabalhos por fora, sobretudo de aconselhamento. Mas sublinha que a sua actividade privada é "praticamente inexistente". **A.C.**

disposto a correr esse risco", avisa Mário Jorge Neves, da Federação Nacional dos Médicos. De resto, o sindicalista até concorda com a maior parte das medidas do memorando, mas olha com reservas o programa do Governo. "É mais papista do que o Papa. Ao enveredar por concepções privatizadoras, entra em contradição com o que está expresso no acordo com a *troika* [que recomenda a suspensão das novas parcerias público-privadas (PPP)]".

Cortar, porém, é apenas uma parte da tarefa. Vai ser preciso reorganizar e criar mecanismos de acompanhamento da despesa, e para isso é necessário montar toda uma máquina, nota Pedro Pita Barros. Paulo Macedo conseguiu a reestruturação administrativa da máquina fiscal "sem fazer sangue". Será que vai conseguir o mesmo na saúde? O professor de Economia, que foi um dos especialistas do sector ouvidos pela *troika*, espera que o emagrecimento da despesa seja feito com racionalidade (vendo onde há desperdícios, caso a caso) e defende que, acima de tudo, este é um bom momento para "arrumar a casa": "É como quando temos um filho adolescente e precisamos de alguém que lhe diga: apanha a roupa. É uma regra de bom comportamento".

O que eles dizem sobre o fim das golden shares

Durão Barroso,
presidente da Comissão Europeia



"O Governo está a aplicar o direito comunitário. Os Estados não podem

manter *golden shares*, a não ser em situações absolutamente bem definidas. Já tinha havido decisões do Tribunal de Justiça [da União Europeia] que impõem essa orientação, não apenas a Portugal mas a todos os Estados-membros."

Luís Mira Amaral,
presidente do banco BIC
e ex-administrador da EDP



"Temos de ter consciência que, com o endividamento que temos,

perdemos a margem de manobra e estamos à mercê dos nossos financiadores. A *troika* impôs esta medida e nós, como perdemos soberania económica, temos de aceitar. Mas, mesmo que não fosse por imposição, concordo com a eliminação das *golden shares*, porque são um instrumento descontrolado dos governos. Se o Estado quer manter o poder, não pode privatizar. Não pode é querer privatizar e continuar a mandar nas empresas, em simultâneo."

António Galamba,
deputado do PS



"As partes definiram os termos da privatização, os privados

aprovaram e compraram nessas condições, e posteriormente veio a Comissão Europeia dizer que este acordo era ilegal. Acho isto negativo."

Vasco Cardoso,
membro da comissão política do PCP



"A decisão anunciada pelo Governo de pôr fim às chamadas *golden shares* do

Estado em empresas estratégicas constitui um acto contrário aos interesses nacionais e que um futuro Governo tem o dever patriótico de considerar nulo e ilegítimo. São posições detidas pelo Estado que garantem a este um conjunto de direitos especiais em decisões de importância estratégica, designadamente investimentos, distribuições de dividendos, fusões e aquisições, no seio de cada uma das empresas. [O fim dos direitos especiais vai levar] à perda

de soberania e da capacidade de o país, por via do Estado, impedir operações em que sejam colocados em causa os interesses nacionais."

João Duque,
economista e presidente do ISEG



"Concordo com o fim das *golden shares*. Foi um disparate os governos

anteriores, que tinham tempo e não tinham pressão, não terem tomado esta decisão. O problema agora está no *timing*, porque o Governo tem até ao fim de Julho para concretizar a medida e vai-se vender um activo que é difícil de avaliar a correr. Se se tivesse começado em Maio, quem esteve a negociar [com a *troika*] poderia ter posto um grupo de trabalho a fazer a avaliação destas participações. Assim, provavelmente, vai dar para cumprir, mas destruindo valor. Até ao final do mês, ainda há tempo para negociar. Vamos ver o que o Governo vai fazer."

Jorge Félix,
presidente do Sindicato dos trabalhadores da PT

"A perda da *golden shares* vai ter consequências nefastas para os interesses estratégicos do país e dos trabalhadores. A PT é uma empresa estratégica e, sem o controlo do Estado, vai ficar fragilizada. Enviámos hoje uma carta ao primeiro-ministro, pedindo uma audiência para sermos esclarecidos sobre os próximos passos. Estamos muito reticentes e queremos saber se os interesses da empresa, do país e dos trabalhadores vão ser salvaguardados."

Pedro Filipe Soares,
deputado do Bloco de Esquerda



"[O fim das *golden shares*] é um caminho que abre espaço para

a fuga de centros de decisão para o estrangeiro, por isso é que é errado. Num espaço em que a economia portuguesa está fragilizada, promovermos a fuga dos centros de decisão para o estrangeiro é agudizar essa fragilidade. A argumentação para o fim das *golden shares* foi exactamente a mesma argumentação batida sobre as privatizações de que o Estado, saindo da economia, irá permitir uma defesa dos consumidores e uma defesa da concorrência. Percebemos que isso não é verdade. Os portugueses pagam hoje sobre a energia e os combustíveis preços mais caros do que na Alemanha e França."